

Caso Corumbiara - a tragédia que completa 25 anos



Foto: CIDH - Comissão Internacional de Direitos Humanos

O início do século XXI traz a discussão quanto ao caminho trilhado pelos direitos humanos, incluídos em ordenamentos jurídicos mundo afora especialmente após a Segunda Guerra Mundial e que têm sido testados por uma onda autoritária que assola diversos países.

Dentro dessa dinâmica, é importante elucidar um caso que denunciou o governo brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão que integra o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, recebendo e processando denúncias ou petições sobre casos individuais com violações aos direitos humanos.

O massacre ocorrido em Corumbiara, interior de Rondônia, em 1995, resultou na morte de 12 pessoas, incluindo uma criança de 7 anos e em mais de 50 feridos. A operação policial foi iniciada para retirar cerca de 500 famílias de sem-terra que estavam na fazenda Santa Elina. A denúncia enviada à CIDH apontou que policiais militares

utilizaram máscaras e capuzes, atuando com pessoas armadas contratadas pelo proprietário da fazenda, denúncias que não foram negadas pelo Estado brasileiro.

A CIDH apontou excessos, pois após a situação ser controlada, os agentes espancaram e humilharam de forma degradante e desumana os moradores sem-terra, concluindo que, como as forças de segurança já haviam controlado a situação, os excessos cometidos poderiam ser equiparados à prática da tortura.

Em 2004, foi publicado relatório pela CIDH indicando a violação dos direitos à vida, ao tratamento humano, à proteção judicial e ao justo julgamento dos trabalhadores sem-terra, diante das execuções extrajudiciais. O relatório indica, ainda, que a investigação para apuração dos policiais foi aberta uma semana após os fatos e as investigações apenas 21 dias após a ocorrência dos fatos.

Em 2020, a justiça rondoniense reconheceu a morte presumida do jovem Darli Martins, na época

com 18 anos e desaparecido desde o massacre (que resultou no desaparecimento de várias pessoas). A decisão embasou-se no Relatório 32/04 da CIDH.

Nas recomendações elaboradas pela CIDH, determinou-se: i) a condução de uma investigação completa, imparcial e eficaz, a ser realizada por instituições não militares; ii) as reparações às vítimas e seus parentes próximos, conforme indicação do relatório; iii) a adoção de medidas necessárias para evitar fatos similares no futuro; iv) a modificação do art. 9º do Código Penal Militar, o art. 82 do Código Penal Militar e quaisquer leis que atribuam à Polícia Militar a competência de investigar violações de direitos humanos cometidas por policiais militares, atribuindo tal competência à polícia civil.

Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm o dever de assegurar o treinamento adequado de seus agentes de segurança, a fim de evitar o uso arbitrário e desnecessário da força,

priorizando meios não violentos no cumprimento de seu dever. Vale lembrar que o ordenamento jurídico brasileiro veda as execuções sumárias e a pena de morte.

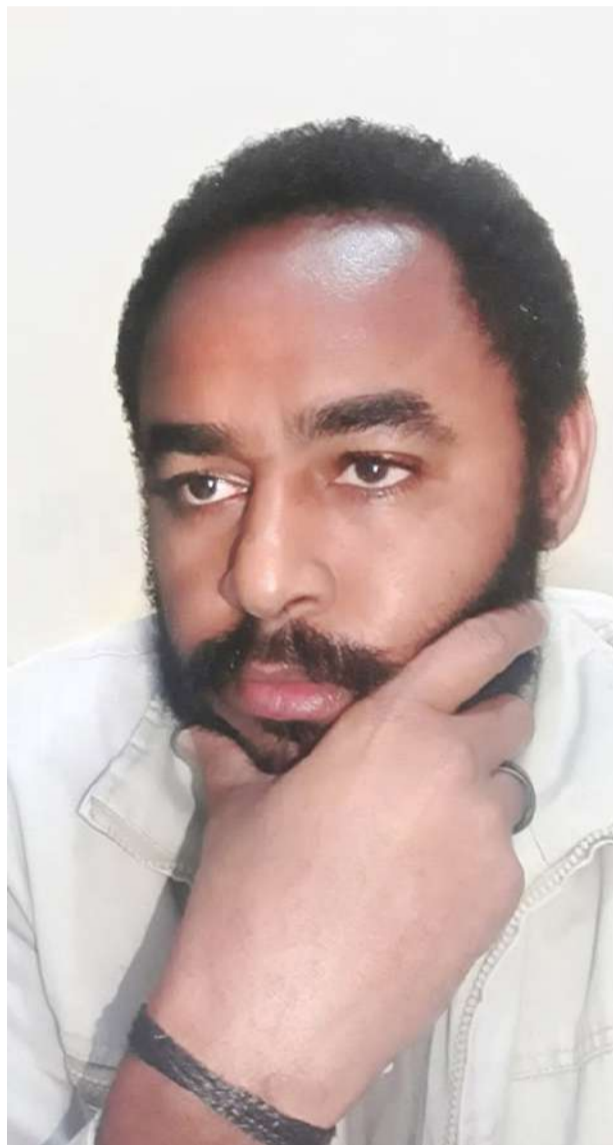
Acesse a íntegra do Relatório 32/04, caso 11.556, Corumbiara Brasil, elaborado pela CIDH: bit.ly/2EXHLtq

O livro Corumbiara, caso enterrado, escrito por João Peres, finalista do prêmio Jabuti 2016, traz detalhes sobre o caso. Com uma narrativa que perpassa por vários lados e nuances da história, prende leitores e possibilita que diante de tantas informações seja possível optar por um lado da história. O livro também dá rosto e nome a várias figuras envolvidas no caso.

Vozes em Movimento

Na medida em que a pandemia se alastrou (e ainda se alastra) pelo país, ficou evidente o abismo social brasileiro. Apesar do vírus não escolher quem será infectado, a população pobre certamente foi a mais vulnerável e a mais exposta ao contágio da doença. Em um cenário de disputas de narrativas, importante compreender o papel dos movimentos sociais, em especial de um que é entendido por poucos e criminalizado por muitos, mas que há tempos escreve a sua história de luta pela realização da reforma agrária no país e pela disseminação do modo agroecológico de produção de alimentos.

Com o cenário de aumento do preço dos alimentos, ocasionado pela alta do dólar, é necessário refletir acerca do impacto das commodities e das exportações na segurança alimentar, assim como discutir a quem se destina a produção do agronegócio e o papel que é desempenhado pela produção dos pequenos agricultores na alimentação diária da população.



Nesta edição do Informativo do DITERRA, a Voz em Movimento é a do Claudinei dos Santos, integrante da coordenação do MST e da Via Campesina e que, apesar das dificuldades trazidas pela pandemia, esclareceu sobre a atuação do MST, traçou um panorama sobre a questão agrária do estado de Rondônia e do Brasil, explicando a importância e as bases da agroecologia, assim como nos informou como a sociedade em geral pode contribuir para a concretização das pautas do movimento.

De antemão, informamos que pouco editamos as respostas dadas por Claudinei. Embora tivéssemos o propósito inicial de uma entrevista em um espaço mais curto, entendemos que essa fala é importante e por isso a entrevista está praticamente na íntegra. Afinal, o espaço de diálogo é construído a partir do conhecimento.

Começamos perguntando a ele **quais são os ideais, as lutas e os objetivos do MST?**

O MST é fruto de um processo histórico acumulado em torno da pauta da defesa da reforma agrária. Costumamos dizer que o MST é herdeiro até mesmo das lutas feitas no período denominado de lutas messiânicas, para alguns esse termo não é muito bem aceito. Estou falando aqui do ponto de vista de uma leitura mais religiosa. As lutas messiânicas foram essas lutas feitas por Antônio Conselheiro, na Bahia, e a luta do Contestado pelo monge José Maria, em Goiás. Para alguns essa não é a melhor definição, porque consideram que estes focos de luta, foram lutas em defesa da reforma agrária e em defesa da democratização da terra, não se tratando apenas de

questões religiosas. Costumamos dizer também que o movimento é fruto de movimentos sociais que nos antecedem, principalmente no sul do país, que foram o MASTER e a própria ULTAB. Sem sombra de dúvidas, somos herdeiros e herdeiras das lutas que se concentrou no Nordeste brasileiro entorno das ligas camponesas, ou seja, o MST como fruto deste processo histórico. Então, o primeiro grande objetivo do MST é lutar pela democratização da terra no país. É inconcebível, levando em conta o tamanho de um país como o nosso, com essa grande extensão de terra produtiva, com toda a graça que a natureza nos proporcionou, apesar do avanço da destruição da natureza. Segundo grande objetivo do MST é lutar para que possamos ter a reforma agrária de fato efetivada. Vejamos que como estamos falando de democratização da terra estamos falando só de divisão da terra, da realização plena de um programa de reforma agrária, estamos falando de criar as condições para que um país como o Brasil, com uma vasta quantidade de terras férteis, terras com grandes possibilidades para agricultura, que nestas áreas nós possamos e o Estado possa vir a ter um programa de assentamento massivo de milhares de milhares de famílias, dando a estas condições de ali sobreviver e dando a elas ainda uma tarefa política, que é produzir comida para abastecimento da sociedade brasileira. Terceiro e último grande objetivo do MST é que somos um movimento social, um movimento político, um movimento sindical, e por isso reivindicamos também junto às demais organizações sociais que possamos lutar por uma sociedade mais justa, uma sociedade democrática. Aí os termos vai muito do gosto, muito do espaço de articulação. Podemos definir isso como um processo revolucionário, podemos definir isso como um processo que vai criar uma sociedade democrática, uma sociedade justa pelas vias institucionais ou seja pela via do voto, se é que isso é possível. Acho que na minha opinião que não, essa sociedade igualitária justa, fraterna, não viria por esses mecanismos dado pelo Estado e sim, comungo eu mas comungo também a minha organização MST, de que essa sociedade mais justa, igualitária, ela vai se dar fruto das contradições que essa sociedade vive no seu tempo. Essas contradições vão possibilitar que nós possamos procurar caminhos que possam alterar essa ordem que está aí estabelecida, ou seja, alterar essa conformação política, social, e econômica, e até jurídica que temos no Brasil. Então o MST tem esses três grandes objetivos: lutar pela democratização da terra, lutar por uma reforma agrária efetiva e lutar para que possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária. Nossas bandeiras de lutas é fazer lutas para que possamos vir a conquistar a pauta entorno desses três grandes objetivos.

Após esse esclarecimento, perguntamos, então, **como o movimento vê a atual situação dos pequenos agricultores e pecuaristas de Rondônia?**

Aqui, antes, ainda a título de nota introdutória, para analisar o espaço agrário na sua atualidade, é preciso ter clareza de onde que nós viemos. Todos sabem que a questão agrária em Rondônia tem seu processo de organização, que vai se dar no que nós temos hoje, com o processo de colonização na região amazônica e muito especialmente no estado de Rondônia. Rondônia era um território federal, ou seja, era um território administrado do ponto de vista administrativo, jurídico, político, administrado pela União. Os dados revelam que por aqui viviam, nos anos 50 até os anos 60, cerca de 37.000 pessoas. Essas pessoas eram predominantemente populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos. E nós vamos ter uma explosão por causa da questão da colonização. Nós vamos findar os anos 1980 já com algo em torno de 500.000 habitantes em Rondônia e vamos virar os anos 2010/2012 mais ou menos com os números que nós temos hoje de população no Estado, que passa de 1.600.000 pessoas. Então, temos de entender que antes isto era um espaço, um território federal emancipado com base em um processo de colonização. O que o processo de colonização deixou, do ponto de vista da questão agrária atual? Se somos fruto desse processo de colonização, que teve num primeiro momento a premissa da destinação de terras públicas para a iniciativa privada, uma parte foi destinada para famílias de sem-terras e outra parte destinada para grandes empresários políticos, para formar o que seria mais tarde, o latifúndio do nosso estado. O resultado desta ação, somada às grandes quantidades de terras que a União não destinou, vão criar um processo de estrutura agrária dividida na seguinte ordem: hoje em Rondônia temos 91.438 propriedades, a partir de dados do INCRA e do IDARON. Dessas propriedades, 81,3% são classificadas como pequenas

propriedades familiar ou de assentamentos de reforma agrária (74.329). Essas pequenas propriedades, que têm até 10 hectares, representam 20,96% das propriedades no estado e detêm apenas 0,95% das terras agricultáveis. Agora as propriedades que vão de 10 a 100 hectares de terras, representam 59,69% das propriedades que temos no estado e controlam 23,48% das terras agricultáveis. Agora vamos ao problema: as terras do agronegócio. Essas terras estão divididas em duas categorias: médias propriedades, que são áreas de 100 até 1.000 hectares de terra, que representam 17,71% das propriedades do estado e que controlam 40,43% das terras agricultáveis; e as propriedades que são acima 1.000 hectares, que representam apenas 1,30% das terras do estado e detêm 35% das terras agricultáveis. Ou seja, essa é estrutura agrária que temos hoje. Trocando miúdo por graúdo, o que podemos dizer aqui: que as propriedades, as médias e grandes propriedades no estado de Rondônia, elas representam no total de 100%, um volume muito pequeno, mas elas detêm a maior quantidade de terra agricultável. Isso aqui nos indica que as terras agricultáveis no estado de Rondônia não está a serviço da produção de alimentos, mas a serviço do boi e da soja. Ou seja, a agricultura familiar, a agricultura de pequeno porte, ela tem uma importância quando nós dialogamos com ela dentro de dois grandes conceitos, que não vai dar tempo de nós destrincharmos aqui, que é a ideia de você ter uma agricultura que garanta a Soberania Alimentar, ou seja, que o espaço-território do estado de Rondônia, que a gente fosse auto suficiente em alguns produtos que aqui se come. Então precisa ter uma agricultura e uma política de Estado que garanta que você tenha uma parcela da agricultura que vai cumprir com essa tarefa de produzir alimentos, que está dentro do conceito da soberania alimentar. E ela tem sua importância quando a gente dialoga ela com a ideia de seis passos que tem uma alta capacidade de produção de emprego. Ou seja, cada família na pequena agricultura, ela produz de forma direta três empregos. Ou seja, qualquer família, por mais pequena que seja, tem o pai e mãe, um casal, e um filho. Ali são três empregos gerados de forma direta. Se você pegar uma política que democratizasse a terra no estado de Rondônia e que você trabalhasse com esses dados de pelo menos três empregos gerados direto, quando você coloca com condições de sobrevivência uma família na terra, nós estamos falando de partir do tamanho dessa política, de criar processos que iriam desinchar essas nossas grandes cidades. Hoje das nossas 6, 7, 8 maiores cidades do estado de Rondônia, em especial as que estão no eixo da BR 364 (Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Ouro Preto, Ariquemes) nenhuma têm menos do que 60% da sua população morando na cidade, ou seja, uma política agrícola voltada nessa perspectiva da pequena agricultura que gera empregos, você poderia resolver esse caos social que é essa forma de sociabilidade que temos hoje nas grandes cidades.

Com essa problemática apresentada, a questão que nos surgiu foi **como podemos contribuir e agregar ao movimento de forma consciente, sustentável e democrática?**

Historicamente, a sociedade, os amigos, as amigas, as organizações, a academia têm contribuído de diversas maneiras. Cada estado tem uma realidade, uma dinâmica e por isso são projetadas tarefas que a sociedade possa contribuir. Primeira coisa é que a sociedade e quem quer de alguma forma contribuir com o MST, precisa ter clara a importância da reforma agrária no Brasil. Porque se não entendemos que nós vivemos numa sociedade que tem uma dívida histórica com seu povo de democratizar o acesso à terra, de rechaçar essa estrutura agrária que temos. Eu desenhei aqui para vocês a estrutura agrária de Rondônia, mas a nível nacional, é ainda muito mais aberrante, ou seja, 1% dos proprietários detêm 49% de todas as terras agricultáveis do Brasil. Assim, a primeira coisa é se sentir chocado com uma estrutura como essa e ter consciência da efetividade, da necessidade da reforma agrária. Ou seja, muito mais do que pensar em contribuir com o MST, é defender a reforma agrária como uma pauta de política de Estado. A segunda coisa é que as pessoas precisam conhecer melhor o que é o MST, nós temos experiências muito interessantes com algumas Universidades, com alguns cursos até aqui de Rondônia, com a própria ULBRA, de turmas que nós fizemos um mesclado, que foi uma parte teórica sobre o debate da questão agrária e da reforma agrária em sala de aula e depois uma visita prática no acampamento, depois num assentamento para as pessoas se darem conta das etapas da luta.

Assim, a pessoa que a princípio condena uma ação de ocupação de terra e depois ela vê um assentamento organizado, com produção em escala e as pessoas comendo de forma diversificada sem veneno, a pessoa passa a ligar: olha, para chegar isso que é a parte bonita, assim, para quem está fora vai achar que a parte mais bonita é o assentamento, para nós que somos um movimento a parte bonita é a luta toda, desde o dia que ocupa até o dia da conquista de uma área, mas para quem está de fora que acha que para chegar nessa parte bonita da história que é ver o assentamento, ver escolas como nós temos nossos assentamentos, ver pessoas com um curso de graduação contribuindo nas mais diversas áreas nos assentamentos, para se chegar a isso é preciso enfrentar o latifúndio e enfrentar o latifúndio no Brasil é o mecanismo da ocupação. Então se apropriar também desse legado, dessa história que o MST tem, é uma forma de contribuir porque é onde as pessoas estiverem elas vão ter condições, por uma questão empírica, de poder fazer a defesa num primeiro momento da reforma agrária e no segundo momento do próprio movimento social.

Por fim, um tema que tem sido bastante debatido recentemente tem sido a agroecologia. A partir disso, perguntamos a ele **qual a importância da agroecologia e da agricultura familiar para o MST?**

A agroecologia, e nós temos que desconstruir uma coisas místicas, porque a ideia da agroecologia, da agricultura baseada na agroecologia, não é nada que nós inventamos agora, não tem nada de novo, do ponto de vista da materialização da atividade na agricultura baseado na ecologia. Grosso modo, o que é

a agroecologia? Uma atividade agrícola desenvolvida preferencialmente numa perspectiva cooperada que tenha como finalidade desse trabalho cooperado ou que seja individual: a autossuficiência em alimentos das famílias ali envolvidas; a transferência desse excedente de alimentos para as populações mais próximas possíveis; que seja baseado no não uso dos venenos; que seja feito baseado no uso de uma tecnologia racional para aquele tipo de atividade, ou seja, eu não preciso de ter um trator de um metro e meio de diâmetro de pneu para poder andar dentro de uma propriedade de 10, 15 hectares de terra, ou seja, o uso racional da tecnologia voltada para dinamizar e ser menos desgastante para o trabalho humano dentro daquela perspectiva, ou seja, eu não posso querer copiar o modelo da grande propriedade para uma pequena propriedade. Então diversificação da produção, tanto na produção como na alimentação; que seja preferencialmente feito de forma cooperada, mas se não, de forma individual também; que as famílias envolvidas no processo produtivo sejam autossuficientes naquilo que comem; e o excedente que você desloque para a população mais próxima possível, com esse o uso racional da tecnologia. Então isso não tem nada de novo. Qual é a inovação, qual a chave nova que nós temos aqui no debate da agroecologia? É o seu caráter político. Ou seja, no passado essa atividade já era realizada, por isso é que desmonta a ideia de ser algo novíssimo que estamos construindo, nada disso, estamos partindo de experiências passadas, acumuladas e estamos ressignificando, essa mesma prática agrícola dentro atualidade. Ou seja, a inovação é que para enfrentar o agronegócio nesta etapa da nossa luta, esse agronegócio que se baseia na produção

que vai ao contrário das chaves da agroecologia que falei, o agronegócio tem como base grandes propriedades, de forma não diversificada, são 3 ou 4 produtos no máximo que se produz; a produção é voltada ao mercado externo, o que gera o desabastecimento do mercado interno; a produção do agronegócio é feita com o uso de muito veneno. Ou seja, se nós quisermos derrotar essa política da morte, que é baseada no agronegócio, a agroecologia com uma perspectiva de saída, ela precisou ser trazida e ser contextualizada dentro de uma perspectiva política. Por isso que a agroecologia passa a ser disputada no campo da política, no campo da economia e no próprio campo jurídico, porque a legislação sanitária, as legislações de fiscalização das atividades agrícolas, todo o pacote de água-indústria e de assistência técnica, está voltada para a perspectiva do agronegócio, não da agricultura familiar. Por isso, a agroecologia ataca várias frentes. E aqui termino: onde é que está a senha dessa chave política? Pois ao reivindicarmos a agroecologia, não estamos reivindicando somente a forma de trabalhar a agricultura, estamos reivindicando a forma de utilização da terra no Brasil, e quando você ataca a forma de utilização da terra no Brasil, você está atacando uma das questões mais emblemáticas da história da sociedade brasileira: que é o uso da propriedade privada e da posse da terra no Brasil. Por isso que reivindicar, lutar por agroecologia, é também de fundo lutar entorno de quem vão ser as pessoas que vão exercer o poder de mando sobre a terra no Brasil.

IDEIAS & IDEAIS

É possível ocupar o Direito?

A Constituição Federal de 1988, art. 1º, inciso III traz como conceito-chave o supraprincípio da dignidade da pessoa humana. Tal princípio é tema central no texto ‘Para uma teoria sócio-jurídica da indignação: É possível ocupar o direito?’ do jurista e professor português, Boaventura de Sousa Santos, que traz a provocação: “o Direito serve aos poderosos?” Apesar, do infeliz diagnóstico positivo, a proposição é otimista.

À luz dos protestos globais dos anos iniciais da década de 2010, de São Paulo ao Cairo, passando por Nova Iorque, que tiveram como motivo fundamental a indignação das classes populares, produto de uma justiça injusta, de um Direito ilegal, sobretudo, produto de um Estado anti-popular, elitizado. Como bem nos explica Boaventura, a indignação ocorre quando as instituições servem a uns, e não outros — a 1%, contra 99%.

Boaventura discute três formas de Direito: configurado, reconfigurado e prefigurado. O primeiro trata daquilo que é, que mantém as estruturas de poder. O segundo aborda uma nova formulação, de um Direito voltado aos 99%, a partir do domínio sobre o Estado. E o terceiro, por sua vez, é o movimento criativo, a ação civil sonhadora de um Direito justo e igualitário.

O texto busca iluminar a cegueira da Justiça que fecha os olhos perante as injustiças. Isto é, o Estado veladamente aceita ilegalidade cometidas por ricos e poderosos, enquanto sobre-pune os despossuídos. Trata também de espaços de excepcionalidade: onde a justiça não pisa os pés e não há distinção entre legal e ilegal, terras-sem-lei, alegal.

Enfim, o jurista defende a indignação e a paixão política como instrumentos para a conquista do Direito.

Contudo, para que de fato atinjamos a dignidade, necessária a consistência de movimentos, um passo após o outro, e organização e consciência política com amplitude e horizonte. Portanto, sim, é possível ocupar o Direito e fazer do injusto, justo.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma teoria sócio-jurídica da indignação: É possível ocupar o direito? In: **Construindo as Epistemologias do Sul para um pensamento alternativo de alternativas**, Volume II, p. 277-314. Argentina: CLACSO, 2019. doi:10.2307/j.ctvt6rkm6.15.

VOCÊ SABE O QUE É?

O Manual de Boas Práticas

O Manual de Boas Práticas é um documento técnico que estabelece todas as normas operacionais realizadas por um determinado estabelecimento. Sendo assim, encontram-se no manual informações: normas sanitárias ou de higiene; normativas processuais, operacionais, de controles, de estoques; informações profissionais; manejos de resíduos, controles de qualidade e garantia, parâmetros e condutas.

A Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC), em 2017, elaborou o seu Manual de Boas Práticas, dispondo sobre o regulamento técnico de alimentação, que deve ser seguido pelas escolas estaduais do Maranhão. Procedimentos como aspectos de higiene, saúde de manipuladores, capacitação, higienização dos utensílios, controle de vetores e pragas urbanas, bem como a garantia da produção de alimentos seguros são alguns dos procedimentos dispostos no manual para garantir a segurança, crescimento e desenvolvimento de discentes.

A empresa Lamipack Embalagens e Laminados Plásticos Ltda. implementou o Manual de Boas

Práticas em 2013. Nele, é possível visualizar as condições higiênico-sanitárias primordiais para a fabricação, armazenagem e estoque dos produtos, acondicionamento e diversos fatores contribuintes para garantir um bom processo industrial e a segurança de todos os colaboradores da empresa compreendendo e praticando o disposto no manual.

O Manual de Boas Práticas é **obrigatório a todos os estabelecimentos comerciais** e é regido pela Resolução RDC 216/2004 da ANVISA. Esta normativa traz regulamentações e orientações para a realização/implementação de um Manual de Boas Práticas.

Nas empresas do ramo alimentício, as Boas Práticas envolvem todo um processo cuidadosamente pensado para ser obedecido pelo comerciante com o intuito de evitar a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados. O Manual de Boas Práticas é o pontapé inicial para a criação do Procedimento Operacional Padronizado (POP), que descreve o detalhadamente como executar as tarefas em

um estabelecimento.

Além disso, o Manual serve como requisito fundamental para se obter uma certificação de qualidade e/ou processo, bem como garante parâmetros ambientais sustentáveis na atuação de determinada empresa, por exemplo: ISO 9000 e ISO 14000.

Para a criação do Manual basta procurar critérios, modelos e requisitos dispostos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. As informações são públicas e gratuitas.

Fonte: ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Quer saber mais sobre o Manual de Boas Práticas? Informe-se em:

<http://portal.anvisa.gov.br/>
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>
<http://www.educacao.ma.gov.br/files/2015/09/MANUAL-DE-BOASPRATICAS.pdf>
<https://silo.tips/download/manual-de-boas-praticas-de-fabricacao-3>

OLHARES LATINOS



Foto: Pedro Ugarte/AFP

O desastroso processo de privatização da água no Chile

Conforme matéria do jornal Brasil de Fato, a privatização das águas no Chile é uma herança da ditadura de Augusto Pinochet, fato que traz consequência até os dias de hoje. O processo de privatização é considerado o mais drástico no que se refere ao controle das águas e do saneamento básico pelo setor privado.

Entrevistada pelo Brasil de Fato, a chinela Deisy Avendaño, militante do Movimento de Afetados por Represas (MAR), relata uma reconstrução histórica do processo que barra o acesso à água para as populações mais pobres do país.

Segundo Deisy, em entrevista ao jornal, o Chile é o único país do mundo que possui quase 100% de sua água privatizada perpetuamente. Tal fato tem no desenvolvimento do Código das Águas, nas décadas de 1970 e 1980, que estabeleceu a segmentação dos direitos ao uso da água e da terra, o que permitiu a compra e venda das águas e terras como se fossem mercadorias comuns, além da controle da gestão do saneamento básico.

Em entrevista ao Brasil de Fato, Avedaño mencionou que “inescrupulosamente, todas as empresas relacionadas ao setor da água, tanto para o uso humano quanto para uso industrial, mantêm uma superexploração dos rios e lagos[...]”. A ativista acrescenta que nos dias atuais, “90% dos direitos de aproveitamento da água estão nas mãos de empresas mineradoras e agroexportadoras, enquanto

praticamente 100% dos direitos de aproveitamento da água de uso não consuntivo (não consumível, como a pesca ou a navegação) estão nas mãos de empresas transnacionais como a empresa espanhola Endesa”.

Adicionalmente, a ativista relatou que existem cerca de 47 mil famílias chilenas em estado precário no que se refere ao acesso à água potável, sendo este um direito fundamental regimentado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Deisy, “algumas estão conectadas ilegalmente a redes que não garantem o consumo de água, principalmente sem sistemas de esgoto, o que piora a qualidade de vida devido à falta de higiene [...]”, por exemplo. “Embora eles sempre nos disseram que privatizar tudo melhoraria nossa qualidade de vida, hoje estamos em grandes lutas sociais para recuperar o que os empresários usurparam de nós” - Deisy Avendaño.

Conforme exposto na matéria do Brasil de Fato, protestos populares contra a privatização da saúde, transporte, bem como o fim da Constituição de Pinochet e de suas políticas, intensificaram-se em outubro de 2019 no Chile. Embora os protestos tenham cessado por conta da pandemia, na última semana iniciou a greve dos caminhoneiros, trazendo à tona várias questões que seguem pulsantes no país.

A experiência vizinha é assustadora, uma vez que só trouxe malefícios à população mais humilde do país. No Brasil, essa realidade torna-se cada vez

mais próxima a partir da aprovação do novo marco de saneamento básico, o qual foi sancionado pelo presidente, em 15 de julho de 2020.

Ficam ressaltados todos os créditos ao Brasil de Fato. Acesse o endereço para ler a matéria e a entrevista na íntegra: bit.ly/3hVbNwd

Para entender como foi a privatização da água na Bolívia, acesse: bit.ly/351qeLR

O documentário ‘Bolívia, a guerra da água’ completa 20 anos e segue atual ao retratar o processo de privatização da água em Cochabamba, processo que foi duramente questionado pela população e resultou na estatização da água. Para acessar ao documentário: bit.ly/2DnXXDA

Em 2003, o documentário ‘A Corporação’, também abordou a temática. Se não conhece, vale a pena assistir: bit.ly/2QSLriO

INTERNACIONAL



Migrantes a bordo de um barco inflável rumo à ilha grega de Lesbos. Crédito: Aris Messinis / Agence France-Presse - Getty Images

Grécia secretamente expulsou mais de 1.000 imigrantes, abandonando-os em alto mar

Matéria do jornal The New York Times destacou que o governo da Grécia, nos últimos meses, expulsou mais de 1.000 imigrantes, os quais foram postos em botes infláveis e deixados à deriva.

Desde março, estima-se que 1.072 imigrantes foram abandonados no mar por funcionários do governo, de acordo com investigações de três entidades, dois pesquisadores e a guarda costeira da Turquia.

O The New York Times entrevistou Najma al-Katib, uma professora síria de 50 anos, a qual relata que oficiais gregos mascarados a conduziram junto com

outras 22 pessoas, abandonando-os em um bote salva-vidas sem leme ou motor. “Saí da Síria com medo de um bombardeio, mas quando isso aconteceu, desejei ter morrido sob uma bomba”, disse a professora.

De acordo com o Direito Internacional, as expulsões em questão são ilegais, sendo tentativas extremamente cruéis e desumanas para o bloqueio da migração marítima, expõe o Times. O governo grego negou qualquer irregularidade.

Leia a matéria na íntegra em: bit.ly/3lNAsp2

A série Years and Years, da HBO, discute, em 6 capítulos, temáticas contemporâneas, como a imigração, o uso da tecnologia, crises econômicas e condições de trabalho, tudo isso a partir das vivências da família Lyons.

Mega hidrelétrica no Rio Nilo gera disputas no continente africano

A construção de uma grande barragem no Rio Nilo tem sido o centro de uma disputa internacional entre a Etiópia e o Egito, além de ocasionar insegurança política no continente africano.

A Barragem do Renascimento é um mega empreendimento hidrelétrico cuja construção iniciou-se em 2011 pelo governo da Etiópia. A barragem, que está próxima de ser concluída, fica localizada no Nilo Azul, principal afluente do Rio Nilo. Estima-se que a obra custe mais de U\$4,5 bilhões e produza mais de 6.000 MW. Caso seja concluída, será a maior hidrelétrica da África e uma das maiores do mundo.

As discussões entorno da barragem existem desde o início de sua construção. Para a Etiópia, a obra é vista como um símbolo de orgulho nacional e uma grande oportunidade de crescimento econômico com a geração da energia elétrica, que vê na construção uma forma de unir seu povo. De outro lado, para o Egito, a construção da barragem é uma ameaça à sua segurança hídrica, visto que 90% da água do país vem do Rio Nilo.

No final de julho, o governo do Etiópia disse que daria início ao enchimento do reservatório da hidrelétrica, mesmo sem a existência de acordo firmado com o Egito, que exige garantias jurídicas vinculantes de que a Etiópia suspenderá o enchimento do reservatório na hipótese de seca prolongada,

pautando-se em seu domínio histórico sobre o rio. O governo etíope, por sua vez, rejeita tais exigências, afirmando ser uma violação à soberania do país.

Apesar dessa disputa política, a principal ameaça do Rio Nilo tem sido o aumento da poluição, as mudanças climáticas e o crescente aumento da população do Egito, segundo especialistas, o que aumenta ainda mais a pressão sobre um dos rios mais importantes da África.

Fonte: New York Times - bit.ly/2QSMajL



Barragem do Renascimento em 2018. Foto por Laura Boushnak, para o New York Times.

- 1ª Três Gargantas (China) - 22,50 GW
- 2ª Itaipu (Brasil/Paraguai) - 14,00 GW
- 3ª Xiluodu (China) - 13,86 GW
- 4ª Belo Monte (Brasil) - 11,23 GW
- 5ª Guri (Venezuela) - 10,23 GW
- 6ª Tucuruí (Brasil) - 8,37 GW
- 7ª Grand Coulee (EUA) - 6,80 GW
- 8ª Gerd (Etiópia) - 6,45 GW
- 9ª Xiangjiaba (China) - 6,45 GW
- 10ª Longtan (China) - 6,42 GW

LITERATURA

Quarto de Despejo - Diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus



Quarto de Despejo - Diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus foi Cum dos maiores nomes da literatura brasileira. Nascida em Minas Gerais em 1914, mudou-se para São Paulo em 1947, onde morou na favela do Canindé. Ficou conhecida em todo o país quando a edição do jornal “A Folha da Noite”, de 9 de maio de 1958, que trouxe trechos de suas histórias; trechos estes que fariam parte de sua mais conhecida obra, Quarto de Despejo. Seu livro foi traduzido para 13 idiomas e, no Brasil, os exemplares alcançaram uma tiragem de mais de 100 mil cópias vendidas em um ano.

O livro narra o cotidiano de Carolina na favela do Canindé, em forma de diário, datado de 15 de julho de 1955 até 1 de janeiro de 1960. O primeiro relato contextualiza o leitor no ambiente hostil e difícil no qual ela e seus três filhos estavam inseridos. É aniversário de sua filha caçula, Vera Eunice, e Carolina escreve: “eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de

sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar”.

Como catadora de papelão e metal, e também como lavadeira, sua renda não é suficiente para dar uma vida minimamente digna às crianças. Não são poucas as vezes em que, numa tentativa desesperada de alimentar sua família, Carolina recorra à comida do lixo. Seus esforços são contínuos para dar o melhor aos seus filhos sem que tenham necessidades maiores do que as que já existem, mas é evidente que, em certos momentos, ela sente que não dá conta.

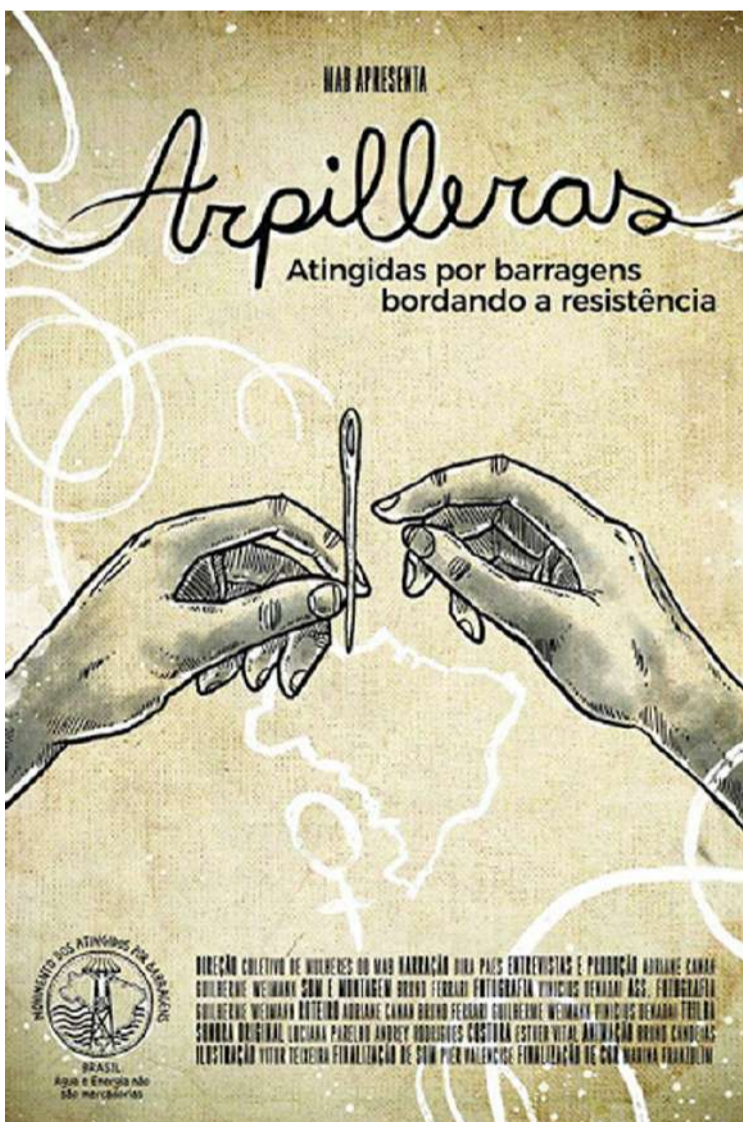
Sendo uma cópia fiel do diário que Carolina manteve na favela, a redação do livro conta com os mesmos erros de grafia e de ortografia da escrita original daqueles relatos. Por várias passagens, é possível notar quão direta e pragmática Carolina é em relação aos problemas de sua rotina, preferindo soluções imediatas do que recorrer a lamentos. O pragmatismo aparece, em diversos trechos, como uma válvula de escape para ela, de modo que, agarrando-se a ele, seja possível seguir com seus

afazeres.

Além de uma narrativa a respeito da vida no Canindé, Quarto de Despejo serve, como ferramenta de crítica à sociedade da época, tendo, inclusive, trechos que criticam a política do país na década de 1950. As favelas eram, naqueles anos, um problema ainda pequeno no Brasil — que viria a tomar proporções muito maiores — e, por isso, não recebiam a devida atenção. Carolina relata problemas com recursos essenciais, como saneamento básico, água encanada e recolhimento do lixo. A fome e miséria permeiam a realidade dos moradores do Canindé, e, mais de uma vez, ela demonstra seu desejo de sair dali.

Carolina e seus cadernos foram descobertos por um jornalista que visitava o Canindé. Ficou claro, para ele, que somente alguém de dentro da favela poderia falar sobre a vida na favela. Fato é que apenas uma pessoa que conhecia a vida na favela poderia ter escrito as palavras trazidas por Carolina.

Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência



Quarto de Despejo - Diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus

O filme “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência” retrata as experiências e as lutas enfrentadas devido à construção de barragens, a partir do relato de dez mulheres atingidas nas cinco regiões do Brasil.

A Arpillera é uma técnica de bordado surgida na ditadura militar do Chile, utilizada pelas mulheres para complementar sua renda e para denunciar as repressões sofridas à época. No filme, o bordado também é utilizado pelas atingidas para costurar as violações de direitos humanos sofridas pelos impactados.

O espectador visualiza

a importância de organizar-se contra as violações de direitos provocadas por grandes obras de infraestrutura. Desse modo, a costura deixa de ser vista apenas como uma atividade do lar e passa a ser uma ferramenta de resistência e empoderamento, trazendo uma reflexão profunda sobre o que é ser atingido por barragens.

O filme foi produzido por Adriane Canan e Guilherme Weimann, dirigido pelo Coletivo de Mulheres do MAB e está disponível no canal do Youtube do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

Saiba mais em: <https://mab.org.br/mulheres>

Ficou com vontade de assistir ao filme? Acesse: bit.ly/3lWsBpg

Bateu uma curiosidade e quer saber

mais sobre as arpilleras? A tese

“Tecendo a luta: memória, violência

e violação dos direitos humanos em

arpilleras bordadas por mulheres

atingidas pela UHE Belo Monte”,

escrita por Monise Vieira Busquets

Soares, conta histórias de mulheres

fortes e determinadas e está

disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1744>



TÁ ROLANDO NO INSTA - @diterra.unir



Em meio à pandemia a atividade garimpeira ocorre de modo bastante intenso na Terra Indígena (TI) Munduruku, no Pará. A visita do ministro do Meio Ambiente à cidade de Jacareacanga (PA), no início de agosto, e a posterior recepção de garimpeiros em Brasília, aumentou ainda mais a insegurança das lideranças que se opõem ao garimpo. Em decorrência disso, na última quinta-feira (27 de agosto), lideranças Munduruku enviaram ao Ministério Público Federal (MPF) uma carta pedindo a expulsão dos garimpeiros ilegais de seus territórios tradicionais.



Durante a madrugada do dia 22.08, moradores do entorno da barragem do município de Jati, no Ceará foram evacuados preventivamente após o rompimento de uma tubulação da barragem Jati. Estima-se que aproximadamente 2 mil pessoas foram retiradas de suas casas em um raio de 2 Km do reservatório.



Com a tentativa de construção de mais uma hidrelétrica no rio Itabapoana, manifestações populares surgiram, principalmente na cidade de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, município que será mais impactado pela implantação dessa nova PCH (Pequena Central Hidrelétrica).



Com o enfraquecimento das medidas de proteção na Amazônia e a alta valorização do ouro, ocorreu o aumento do desmatamento para a extração de minério. Para a obtenção da pepita é necessário abrir crateras que com o tempo, e abandono por parte dos garimpeiros, enchem de água, ambiente ideal a proliferação de mosquitos hospedeiros de doenças, como a malária. Além disso, diversos garimpos estão localizados em terras indígenas ou muito próximas a elas, facilitando a disseminação da malária também entre os indígenas, que devido o difícil deslocamento em áreas Amazônicas não possuem atendimento médico ou qualquer medida de prevenção.

TÁ ROLANDO NO INSTA - @diterra.unir



Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 mostram que a cada hora, 4 meninas menores de 13 anos são estupradas no país. Dados extraídos do SUS pela BBC Brasil apontam que, em média, ocorrem 6 abortos por dia entre meninas de 10 a 14 anos. Tal é a realidade do Complexo do Madeira, composto pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Porto Velho, capital de Rondônia. Segundo o relatório produzido pela Plataforma Dhesca, houve um aumento de 18% nos casos de exploração e abuso sexual infantil durante o período das obras. Além disso, o número de casos de estupro atingiu a marca de 392, aumento de 208% dos casos no período de 2007 a 2010 em Porto Velho.

Após dias de resistência, a reintegração de posse de áreas do Acampamento Quilombo Campo Grande (MG), aconteceu na última sexta-feira, dia 14 de agosto. Na região residiam cerca de 450 famílias há mais de 20 anos e o acampamento destaca-se pela produção agroecológica variada, com destaque para o famoso café Guaiú. No local também existia a escola popular Eduardo Galeano, destruída pelas forças policiais. O acampamento localizava-se nas terras que eram de propriedade da usina Ariadnópolis, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que faliu em 1996, com grandes débitos trabalhistas. Após o fechamento da usina, muitos trabalhadores continuaram a viver na região, aguardando o pagamento dos valores da rescisão trabalhista, até hoje não realizada. De um lado, os acampados defendem a destinação das terras para a reforma agrária. De outro, há o interesse de um dos maiores cafeicultores do país, João Faria da Silva, proprietário da empresa Jodil Agropecuária e Participações Ltda, que firmou acordo com a massa falida da usina para a exploração agropecuária da região.

TRAÇOS DA VIDA



NESTA EDIÇÃO**Coordenação: Neiva Araujo****Textos e editoração: Amanda Serafim,****Daniel Ferro Nobre de Lima,****João Vitor Carneiro da Silva,****Márcio Junior Andrade Martins****e Renata Custódio****Charge: Anny Karolline Silva Valério****Diagramação e Projeto Gráfico: Júlio Costa**